

Desafios para operar o ensino colaborativo no contexto educacional

Challenges of operating Collaborative Teaching in the educational context

Desafíos para operar la Enseñanza Colaborativa en el contexto educativo

Cíntia Bissacotti  

Sílvia Maria de Oliveira Pavão  

Resumo

O ensino colaborativo na perspectiva inclusiva realiza um papel essencial na promoção da igualdade no ambiente educacional e social. Este estudo tem o intuito de aprofundar a compreensão sobre as práticas predominantes no ensino colaborativo, salientando as principais lacunas identificadas no contexto educacional. Realizado por meio de uma revisão integrativa da literatura, com fontes de busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, a análise qualitativa dos dados foi empregada para sistematizar as informações. A abordagem do ensino colaborativo é considerada essencial e promissora para o processo de inclusão. Contudo, desafios como a falta de formação adequada para os professores, a escassez de tempo para o planejamento e operacionalização do ensino colaborativo e as políticas públicas insuficientes dificultam sua implementação prática. Portanto, é crucial reconhecer e superar esses obstáculos para garantir uma implementação efetiva do ensino colaborativo.

Palavras-chave: Coensino; Educação Especial; Inclusão.

Abstract

Collaborative teaching from an inclusive perspective plays a fundamental role in promoting equality in the educational environment. This study aims to deepen the understanding of the predominant practices in collaborative teaching, highlighting the main gaps identified in the educational context. Conducted through an integrative literature review, with sources searched in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, qualitative data analysis was employed to systematize the information. The approach of collaborative teaching is deemed essential and promising for the inclusion process. However, challenges such as the lack of adequate training for teachers, shortage of time for collaboration, and insufficient public policies hinder its practical implementation. Therefore, it is crucial to recognize and overcome these obstacles to ensure effective implementation of collaborative teaching.

Keywords: Coensino; Special Education; Inclusion.

Resumen

La enseñanza colaborativa desde una perspectiva inclusiva desempeña un papel fundamental en la promoción de la igualdad en el entorno educativo. Este estudio tiene como objetivo profundizar la comprensión de las prácticas predominantes en la enseñanza colaborativa, destacando las principales brechas identificadas en el contexto educativo. Realizado a través de una revisión integrativa de la literatura, con fuentes de búsqueda en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones, se empleó el análisis cualitativo de datos para sistematizar la información. La aproximación de la enseñanza colaborativa se considera esencial y prometedora para el proceso de inclusión. Sin embargo, desafíos como la falta de formación adecuada para los profesores, la escasez de tiempo para la colaboración y políticas públicas insuficientes dificultan su implementación práctica. Por lo tanto, es crucial reconocer y superar estos obstáculos para garantizar una implementación efectiva de la enseñanza colaborativa.

Palabras clave: Enseñanza Colaborativa; Educación Especial; Inclusión.

Introdução

A construção de uma escola inclusiva requer a promoção de parcerias efetivas e colaborativas entre gestão, professores e comunidade escolar. Além disso, o desenvolvimento de uma colaboração entre os professores de Educação Especial e os docentes especializados é fundamental nesse processo. Essa cooperação envolve a elaboração de estratégias e abordagens específicas para atender às necessidades individuais de todos os alunos, assegurando um ambiente educacional adaptado e receptivo à diversidade de habilidades e estilos de aprendizado.

Zerbato e Mendes (2018) destacam que, no contexto da educação inclusiva, as práticas pedagógicas englobam diferentes abordagens de ensino, abrangendo desde a configuração física dos ambientes, a gestão do tempo e a utilização de tecnologias até a criação de recursos materiais, podendo variar desde métodos mais abrangentes até estratégias mais individualizadas. Além disso, Fava (2018) ressalta que as consequências do aprendizado colaborativo possibilitam ampliar e incentivar a inclusão da diversidade.

Nessa perspectiva, a metodologia do ensino colaborativo pode vir a ser utilizada como uma ferramenta essencial para desenvolver a inclusão escolar. Trata-se de uma abordagem pedagógica em que dois ou mais professores, muitas vezes com especializações diferentes, trabalham em conjunto para oferecer uma experiência de aprendizado mais rica e ampla. Conforme Capellini e Zerbato (2019), o desenvolvimento do ensino colaborativo requer um trabalho compartilhado entre o professor de ensino comum e o professor de Educação Especial. Entende-se que essa parceria ativa visa garantir um suporte mais inclusivo e personalizado, contribuindo para o desenvolvimento integral de cada aluno, independentemente de suas características e necessidades específicas. Para Pavão e Pavão (2024), práticas colaborativas, para além do professor de Educação Especial e um professor de classe regular trabalharem em conjunto, também precisam da colaboração entre pais e docentes, associada ao trabalho de um grupo de profissionais de diferentes áreas que buscam um mesmo objetivo.

Nesse contexto, configura-se o problema da pesquisa: como a inclusão escolar pode ser favorecida ao adotar o ensino colaborativo como abordagem de ensino? O engajamento efetivo de determinado método de ensino na instituição escolar determina muitas das vezes a aprendizagem dos estudantes. A proposta de um ensino baseado na colaboração visa possibilitar a implementação de práticas que permitam a participação plena de todos os estudantes, expandindo as oportunidades. Através da troca de experiências e compartilhamento de responsabilidades, essa proposta colaborativa contribui para o desenvolvimento de habilidades de ensino mais eficazes, consolidando uma base sólida para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Dessa maneira, a justificativa para este estudo se embasa no fato de que, diante de uma sociedade cada vez mais diversa, compreender o impacto da metodologia do ensino colaborativo na perspectiva da inclusão não apenas fornece percepções valiosas para o planejamento educacional, como também impulsiona o desenvolvimento e a aprendizagem. Além disso, essa medida pode estimular reflexões mais aprofundadas sobre a prática

docente, abrindo espaço para que os professores considerem diversas abordagens educacionais, a exemplo da metodologia do ensino colaborativo. Isso, por sua vez, pode proporcionar a equidade no acesso e oportunidades de aprendizado para todos, promovendo a inclusão educacional e social.

Em vista disso, este artigo tem o intuito de aprofundar a compreensão sobre as práticas predominantes no ensino colaborativo, salientando as principais lacunas identificadas no contexto educacional. O texto foi construído por três eixos de discussão, além desta introdução e considerações finais. A primeira discussão busca apresentar uma compreensão sobre os fundamentos da educação inclusiva e da Educação Especial. No segundo eixo, discute-se sobre o que é o ensino colaborativo. Já no último eixo apresentam-se as perspectivas e desafios do ensino colaborativo no processo de inclusão nas instituições brasileiras.

Metodologia

Para esta pesquisa, foi empregado o método da Revisão Integrativa da Literatura. Este método de pesquisa viabiliza a síntese de resultados obtidos em estudos previamente publicados sobre um tema específico. De acordo com Pompeo, Rossi e Galvão (2009), os estudos integrados na revisão são minuciosamente examinados em termos de seus propósitos, materiais e métodos, proporcionando ao leitor a oportunidade de explorar o conhecimento já existente sobre o tema em análise.

Dessa maneira, o desenvolvimento deste estudo seguiu as etapas delineadas a seguir: (1) identificação do tema e formulação da questão central; (2) levantamento e seleção da literatura pertinente; (3) coleta de dados; (4) análise crítica dos estudos incluídos; (5) interpretação dos resultados; e (6) apresentação da revisão ou síntese do conhecimento, conforme indicado por Souza, Silva e Carvalho (2010).

Para a escolha dos textos, realizou-se uma pesquisa nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A pesquisa foi conduzida utilizando os seguintes descritores: “Educação Especial” AND “Ensino colaborativo” AND “Inclusão escolar”. Para buscar as informações sobre o tema, foram aplicados alguns filtros específicos. Entre esses critérios, os estudos selecionados deveriam estar em português, terem sido publicados de 2020 até o momento atual (2024) e abordar o ensino colaborativo na perspectiva da inclusão escolar. Dessa forma, foram encontrados 150 resultados.

Visto que a Educação Especial permeia várias disciplinas, a escolha de teses e dissertações não ficou restrita a uma área específica, como apenas a disciplina de química, matemática ou educação física, entre outras. A condição principal foi que estivesse relacionada à área da educação e envolvessem colaboração entre o Educador Especial e o professor especializado da turma. Assim, a coleta dos dados transcorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2024.

No processo de seleção para esta pesquisa, foram excluídos estudos que abordavam temáticas como formação permanente, pesquisas sobre colaboração no ensino, mas sem o professor de Educação Especial, Plano de Ensino Individualizado (PEI), saúde e educação, diagnóstico, política e gestão, sala de recursos multifuncionais, Desenho

Universal para Aprendizagem (DUA), estratégias de intervenções individuais, educação em tempos de pandemia, bem como publicações que refletiam apenas a atuação do professor de Educação Especial ou sobre a atuação do professor de Educação Especial e áreas que não são diretamente da educação, como psicologia, terapia ocupacional e ações colaborativas entre família e escola. Além do mais, foram identificados e excluídos 16 estudos duplicados das bases de dados em que foram selecionadas as dissertações e teses, assegurando a qualidade das análises.

Nessa perspectiva, os estudos foram selecionados inicialmente a partir da leitura do título. Nesta fase, foram escolhidos trinta e cinco, entre teses e dissertações, a partir da leitura do resumo. Destes, foram excluídos aqueles que abordavam apenas a atuação do professor de Educação Especial ou apenas o professor especializado da disciplina. Assim, em seguida, foram lidos na íntegra os 20 estudos que restaram, dos quais mais 12 foram excluídos, já que refletiam sobre a Educação Especial e áreas que não são diretamente ligadas à educação, e/ou estudos que se aprofundaram sobre o Desenho Universal para aprendizagem. Sendo assim, foram selecionadas oito publicações para análise: cinco dissertações e três teses, as quais respondem à questão norteadora deste estudo.

Resultados

As oito produções selecionadas, cinco dissertações e três são teses, foram finalizadas no período de 2020 a 2024. Todas escritas em língua portuguesa e voltadas à colaboração entre um professor especializado e um professor de Educação Especial.

Com base na pergunta central, a análise foi organizada em três tópicos temáticos: (1) Compreendendo os fundamentos sobre a educação inclusiva e a Educação Especial; (2) O que é o ensino colaborativo? (3) Perspectivas e desafios do ensino colaborativo no processo de inclusão nas instituições brasileiras.

Quadro 1 - Apresentação dos estudos incluídos na revisão integrativa, segundo o título, autores, ano da publicação e metodologia.

Título	Autores	Ano	Metodologia
Ensino colaborativo: parceria em colaboração entre os professores do ensino médio e da educação especial	Célia Fonsêca de Lima	2023	Pesquisa ação colaborativa
Inclusão escolar: a articulação entre educação especial e o ensino regular por meio do trabalho colaborativo dos profissionais	Ivana Carla Cordeiro Da Silva Francos	2023	Pesquisa exploratória e descritiva
Professores de educação especial: concepções e proposições para uma vivência formativa na perspectiva da bidocência	Mariana Medeiros da Silva	2023	Pesquisa de campo
Articulações entre docentes do atendimento educacional especializado e da sala de aula nos anos finais do ensino fundamental: tecendo redes de diálogo e colaboração	Cláudia Roberto Soares de Macêdo Nazário	2021	Pesquisa-ação colaborativa

A colaboração entre professoras para o ensino de matemática em sala de aula com estudante autista	Ana Ferro	2021	Estudo de caso
Estratégias de ensino colaborativo como uma proposta de Atendimento Educacional Especializado – AEE	Luis Gustavo da Silva Costa	2021	Pesquisa ação participante
O trabalho colaborativo entre professores e a aprendizagem de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos	Vanessa Bernardi	2022	Pesquisa bibliográfica
O modelo de ensino colaborativo à luz da perspectiva dos gestores: um estudo de caso	Jéssica Fernandes Lopes	2021	Estudo de caso

Fonte: Autoras, 2024.

Quadro 2 - Apresentação das dissertações e seus objetivos.

Dissertação	Autores	Objetivo
	Ivana Carla Cordeiro Da Silva Francos	Encontrar possibilidades de articulação de um ensino colaborativo entre os professores regentes e os professores das salas de recursos multifuncionais, visando à aprendizagem dos alunos.
	Mariana Medeiros da Silva	Analisar, no discurso de professores da Educação Especial do Ensino Médio de Parnamirim/RN, elementos que justifiquem uma formação continuada de base bidocente.
	Ana Ferro	Investigar potencialidades que as práticas colaborativas entre professores representam para o ensino da matemática de forma inclusiva.
	Luis Gustavo da Silva Costa	Analisar a aplicação e o estudo de estratégias de Ensino Colaborativo como uma proposta de Atendimento Educacional Especializado – AEE.
	Vanessa Bernardi	Reflete sobre as contribuições do trabalho colaborativo, através da parceria entre o professor da sala de recursos multifuncionais e professores de diferentes componentes curriculares, que favorece a inclusão dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em um CEEBJA do município de Curitiba-PR.

Fonte: Autoras, 2024.

Quadro 3 - Apresentação das teses e seus objetivos.

Tese	Autores	Objetivo
	Célia Fonsêca Lima	Analisar as implicações do Ensino Colaborativo às práticas pedagógicas docentes de estudantes PAEE no Ensino Médio.
	Cláudia Roberto Soares de Macêdo Nazário	Analisar possibilidades de articulação entre professores do AEE e da sala de aula nos Anos Finais do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal do Natal/RN.
	Jéssica Fernandes Lopes	Analisar a experiência de Ensino Colaborativo desenvolvido entre professor da sala comum e professor especialista em uma rede municipal de ensino, na visão da gestão escolar

Fonte: Autoras, 2024.

Discussão

Com a interpretação e análise dos estudos selecionados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, buscou-se compreender as práticas predominantes no ensino colaborativo, salientando as principais lacunas identificadas no contexto educacional. Tratou-se de responder a seguinte questão problema: como a inclusão escolar pode ser favorecida ao adotar o ensino colaborativo como abordagem de ensino?

Dessa maneira, estruturou-se a análise em três eixos temáticos: (1) Compreendendo os fundamentos sobre a educação inclusiva e a Educação Especial, na qual apresenta reflexões sobre a temática da educação inclusiva e da Educação Especial; (2) O que é o ensino colaborativo? Neste segundo eixo, aborda-se diretamente sobre a metodologia do ensino colaborativo como método fundamental para o desenvolvimento da educação inclusiva; (3) Perspectivas e desafios do ensino colaborativo no processo de inclusão nas instituições brasileiras. Neste eixo, apresenta-se as concepções e desafios da implementação do ensino colaborativo nos sistemas de ensino.

Compreendendo os fundamentos sobre a educação inclusiva e a Educação Especial

A educação inclusiva tem se destacado significativamente em trabalhos acadêmicos nos últimos anos, refletindo a crescente importância de abranger todos os sujeitos que ingressam na escola. Além disso, a valorização da diversidade e a busca por práticas pedagógicas inclusivas têm impulsionado essa temática, evidenciando a necessidade de promover ambientes educacionais mais acessíveis e acolhedores para todos os estudantes. Para Francos (2023, p. 49), “[...] a educação inclusiva atua transformando a escola em atendimento educacional escolar especializado, tecendo desafios para haver melhores combinações, respondendo os problemas que emergem de seu contexto inclusivo”.

Nessa mesma perspectiva, Silva (2023) assegura que a formação de uma escola inclusiva requer a colaboração, o comprometimento político e o envolvimento contínuo de todos os componentes dos sistemas educacionais e das comunidades escolares, incluindo gestores, professores, técnicos, pais, estudantes e equipe multiprofissional. Essa união de esforços visa assegurar o êxito na aprendizagem de todos os alunos.

Sob esse olhar, Ferro (2021, p. 41) afirma que a educação inclusiva é “[...] um contexto no qual, além dos estudantes com deficiência estarem inseridos, as diferenças sejam reconhecidas enquanto potencialidades”. Percebe-se, que a educação inclusiva apresenta um papel fundamental de transformação da escola, promovendo um ambiente que atende toda diversidade de alunos. Essa proposta fortalece e contribui para o desenvolvimento e a participação de todos os estudantes, incluindo alunos com Altas Habilidades e Superdotação.

Segundo Lima (2023, p. 41), “[...] a educação inclusiva é uma concepção de ensino, cujo objetivo é garantir o direito de todos à educação”. Nesse cenário, desde 2008, com a divulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008), ocorreu uma reestruturação na organização da Educação Especial. De acordo com a legislação, a Educação Especial é uma modalidade de instrução que perpassa todos os níveis, fases e tipos de ensino. Além disso, oferta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), fornece recursos e serviços, além de orientar sobre sua aplicação no processo de ensino e aprendizado nas turmas de ensino comum.

Dessa forma, a partir desta legislação, considera-se estudantes público-alvo da Educação Especial alunos com Deficiência, alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento e alunos com Altas Habilidades/Superdotação, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, e que possuam acompanhamento com um professor de Educação Especial (Brasil, 2008). É válido ressaltar que todos esses grupos compõem a Educação Especial. No entanto, alunos com Altas Habilidades/Superdotação não são considerados com deficiência ou com algum transtorno do desenvolvimento. Deste modo, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008) assegura que todos os alunos tenham suporte para o desenvolvimento educacional, independente das necessidades específicas de cada sujeito.

É importante destacar que apenas o processo de matrícula do estudante na instituição escolar não é sinônimo de inclusão. Conforme Costa (2021, p. 27), “[...] exige-se, assim, reestruturações arquitetônicas, profissionais qualificados, atendimento educacional especializado e recursos apropriados”.

Em vista disso, referente a habilitação dos professores, a lei garante que “[...] para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (Brasil, 2008, p. 13). De acordo com Lopes (2021, p. 25), “[...] no que se refere aos professores da Educação Especial devem identificar e implementar estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas.”

Além disso, uma abordagem essencial para processo educacional da Educação Especial é o Atendimento Educacional Especializado, atuando de forma complementar à formação do aluno, sem substituir a educação proporcionada na sala de aula regular. Dessa maneira, Nazário (2021, p. 96) salienta que “[...] o AEE é também um dos seus direitos, um serviço essencial à sua escolarização, na busca por condições de complementação do que já é ofertado comumente a todos”.

No entanto, é crucial destacar que a Educação Especial vai além de ser meramente uma modalidade de ensino focada principalmente no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Enquanto há bastante ênfase nas salas de recursos, discute-se relativamente pouco sobre a abordagem inclusiva através do ensino colaborativo, por exemplo. Conforme Mendes e Zerbato (2018, p. 149), “[...] uma escola inclusiva requer, entre vários aspectos, a construção de uma cultura colaborativa que vise uma parceria entre professores de Educação Especial e professores especializados”.

Além disso, a Educação Especial vai mais longe do que a simples configuração de uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). O processo de inclusão não se restringe ao atendimento individual. De modo ideal, a Educação Especial abrange todo o ambiente escolar, representando um processo de ensino acessível e de qualidade.

Lima (2023), em seus estudos, garante que a efetivação da escola inclusiva demanda que os professores recebam formação contínua, por meio de cursos focados no desenvolvimento de reflexões sobre suas práticas pedagógicas. Essa abordagem visa incentivar mudanças significativas que possibilitem a implementação bem-sucedida de ações inclusivas na escola.

É válido ressaltar que a construção de um ambiente inclusivo demanda aprimoramentos em diversos aspectos, abrangendo o ambiente físico, tecnologias, formação docente e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Lopes (2021, p. 23) afirma que “[...] um aspecto importante para o trabalho em educação na perspectiva inclusiva é a comunicação, o diálogo entre os professores, membros da equipe escolar, alunos e comunidade”. Lima (2023, p. 93) corrobora essa posição assegurando que “[...] realizar uma prática pedagógica inclusiva significa planejar aulas que envolvam todos os alunos, diversificando e adaptando as formas de apresentar e explorar os conteúdos curriculares”.

Portanto, este estudo aborda diretamente a metodologia do ensino colaborativo, uma vez que sustenta a crença de que uma escola inclusiva necessita de diálogo entre os professores de áreas específicas e os professores de Educação Especial. Além disso, entende-se que o ensino colaborativo emerge como uma metodologia promissora para fortalecer o processo de inclusão escolar, promovendo uma abordagem colaborativa e integradora no cenário educacional, fortalecendo a educação inclusiva.

O que é o ensino colaborativo?

Compreende-se que o processo de inclusão escolar é constituído por vários aspectos, desde a acessibilidade física, práticas pedagógicas, formação de professores, políticas educacionais, entre outras. Assim, para este estudo, a atenção central está direcionada, em particular, ao modelo do ensino colaborativo como uma abordagem para facilitar o processo de inclusão. Conforme Lopes (2021, p. 97), o ensino colaborativo é compreendido como um “[...] conceito amplo de apoio a cultura e educação inclusiva, envolvendo múltiplos aspectos como as pesquisas colaborativas, consultorias colaborativas, o trabalho em colaboração entre os professores da sala comum e da Educação especial”.

Dessa maneira, essa escolha fundamenta-se na convicção de que o ensino colaborativo desempenha um papel fundamental no fortalecimento das práticas pedagógicas no contexto educacional. Essa prática colaborativa e compartilhada não apenas enriquece a experiência de aprendizado, mas também contribui para a promoção de ambientes escolares mais inclusivos e acolhedores.

Para Silva (2023, p. 47), “[...] o ensino colaborativo ou coensino são sinônimos de uma bidocência colaborativa que, nessa perspectiva, acompanha os benefícios do trabalho em colaboração”. Observa-se que a metodologia do ensino colaborativo pode ser referida por diversas nomenclaturas em estudos já publicados no Brasil, como “[...] coensino, bidocência, codocência e corregência” (Lima, 2023, p. 23). Todos esses termos equivalentes indicam o mesmo conceito, envolvendo a colaboração de dois professores ou mais na sala de aula, onde ambos compartilham responsabilidades e benefícios através do trabalho conjunto.

Francos (2023, p. 51) afirma que:

A proposta do ensino colaborativo apresenta-se como estratégia para efetivação da inclusão escolar, como uma possibilidade de ação pedagógica a ser construída em práticas cotidianas, buscando meios para enfrentar os desafios educacionais.

É evidente que o ensino colaborativo desempenha um papel crucial ao ampliar as estratégias de inclusão escolar. Essa abordagem metodológica não apenas enriquece o cenário educacional, mas também promove uma colaboração mais efetiva entre professores e equipes pedagógicas, contribuindo para um ambiente de aprendizado mais inclusivo e diversificado. Segundo os estudos de Costa (2021), o ensino colaborativo compreende um conjunto de estratégias educacionais destinadas a concretizar a inclusão escolar, enriquecendo a equipe escolar com práticas pedagógicas diversas. Seu objetivo é assegurar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais específicas.

O estudo realizado por Lima (2023) destaca que o ensino colaborativo teve seu início na década de 1980, nos Estados Unidos da América (EUA), sendo proposto como um modelo de prestação de serviços de apoio por Gavar e Papania (1982), Will (1996) e Wood (1998). No contexto brasileiro, pesquisadores como Capellini (2004) e Zanata (2004) começaram a explorar essa abordagem a partir do ano de 2004.

Observa-se que, no contexto brasileiro, os estudos sobre essa perspectiva ainda são recentes, o que por vezes torna desafiador implementá-la na prática. Ainda segundo Lima, o ensino colaborativo é:

Realizado em colaboração e se constrói na interação, na elaboração de adequações nos procedimentos de ensino, nas adaptações das atividades, na triagem de recursos acessíveis e na avaliação individualizada, com vistas a garantir o desenvolvimento e o aprendizado do estudante PAEE na sala de aula comum (Lima, 2023, p. 65).

Compreende-se, que a colaboração ativa e a constante interação são componentes essenciais no desenvolvimento e na implementação bem-sucedida do ensino colaborativo. Francos (2023) corrobora essa posição afirmando que o ensino colaborativo surgiu como uma alternativa aos tradicionais modelos de salas de recursos e classes especiais, atendendo às necessidades das práticas de inclusão escolar. Essa abordagem considera que, ao integrar o aluno em uma sala de aula regular, todos os recursos disponíveis para seu benefício devem estar acessíveis e próximos a ele.

Nessa mesma perspectiva, Lima (2023) afirma que, em sala de aula, a aplicação do ensino colaborativo demanda que os professores das disciplinas regulares e os da Educação Especial promovam práticas pedagógicas inclusivas através do trabalho conjunto e colaborativo. O autor ainda reforça que “[...] as relações desenvolvidas entre professores da classe comum de disciplinas curriculares e de Educação Especial, possibilitem a criação de oportunidades ampliadas para auxiliar aos estudantes PAEE avanços significativos com vistas à sua inclusão” (Lima, 2023, p. 69).

Nesse cenário, entende-se que quanto mais próximas as relações estabelecidas entre o professor de Educação Especial e o professor de disciplinas específicas, mais criam-se oportunidades para auxiliar os estudantes em processo de inclusão progredirem significativamente. Assim, Lopes (2021, p. 65) assegura que “[...] a colaboração é essencial para o ensino na perspectiva inclusiva”.

Portanto, entende-se que promover a inclusão escolar é um desafio complexo. Nesse sentido, acredita-se que o ensino colaborativo não só impulsiona esse processo, mas também representa um modelo que visa melhorar e enriquecer a dinâmica do ensino e da aprendizagem. Essa abordagem colaborativa não apenas valoriza a diversidade e a participação dos alunos, mas também cria um ambiente educacional mais dinâmico e enriquecedor.

Perspectivas e desafios do ensino colaborativo no processo de inclusão nas instituições brasileiras

Este estudo parte do princípio de que a abordagem metodológica do ensino colaborativo, envolvendo a cooperação de dois ou mais professores, é essencial e merece ser mais amplamente adotada para enriquecer as práticas pedagógicas com alunos em processo de inclusão. Segundo Nazário (2021), a colaboração entre dois professores ou mais no desenvolvimento do conhecimento beneficia tanto os docentes, que compartilham e enriquecem suas práticas educacionais mutuamente, quanto os alunos, que passam a ser reconhecidos como indivíduos com diversas habilidades e características únicas, independentemente de possuírem ou não necessidades especiais. Além disso, os estudantes com deficiência são vistos como parte integral da comunidade escolar, não sendo exclusivamente associados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

De acordo com Costa (2021), seus estudos demonstram que a abordagem colaborativa de trabalho é altamente promissora para promover a inclusão dos alunos nesse processo, como confirmado pelos resultados de sua pesquisa. Nessa mesma perspectiva, segundo Bernardi (2021), o ensino colaborativo é uma abordagem eficaz para desenvolver práticas voltadas para a inclusão escolar. Além disso, essa metodologia contribui significativamente para o aprimoramento tanto na formação profissional quanto pessoal dos participantes. Da mesma forma, Francos (2023, p. 105) destaca que “[...] o ensino colaborativo apresenta-se como uma alternativa viável e tem se mostrado efetivo, enquanto serviço de apoio à escolarização dos alunos, para atingir um objetivo comum”.

Compreende-se que a metodologia do ensino colaborativo desempenha um papel fundamental no processo de inclusão, pois tem o potencial de elevar significativamente a qualidade do ensino. Além disso, é notório que, se aplicado de forma adequada, pode ser um aspecto fundamental na transformação dos sistemas educacionais e políticas públicas para promover a inclusão.

No entanto, constata-se que, nos estudos publicados no cenário brasileiro, a temática do ensino colaborativo ainda é uma área de pesquisa relativamente recente. Tal fato pode resultar em diversos desafios enfrentados pelas instituições escolares, como a falta de experiência na implementação dessa abordagem, a necessidade de desenvolvimento profissional dos educadores e a escassez de recursos adequados. Conforme Ferro (2021, p. 52), “[...] embora a colaboração entre professores se mostre um caminho bastante promissor, principalmente com relação à educação inclusiva, para que seja possível é necessário que questões inerentes à própria cultura escolar sejam repensadas”. A autora ainda destaca em seus estudos que é necessário os professores organizarem seus horários de trabalho para facilitar reuniões entre si, manter uma comunicação frequente e participarem de programas de formação centrados na colaboração.

Nessa perspectiva, Lopes (2021) enfatiza que:

Mudanças em direção ao modelo do ensino colaborativo, deveria atingir também setores para além da escola, considerando a legislação, políticas públicas, a formação de professores - tanto da sala comum como da Educação Especial, investimentos, melhorias nas condições de trabalho, na estrutura educacional, para que os objetivos da escola inclusiva possam começar ser contemplados, possibilitando educação de qualidade a todos os alunos (LOPES, 2021, p. 167).

Entende-se que, ao realizar mudanças no cenário educacional, pode-se melhorar a eficácia do ensino, atendendo à diversidade de alunos que ingressam nas instituições. Segundo Nazário (2021), é de suma importância incentivar uma mentalidade de reflexão e comunicação entre os professores, permitindo que discutam de maneira coordenada e estruturada suas ideias e métodos educacionais. Isso visa identificar áreas de melhoria nas práticas escolares, com o propósito de torná-las mais compatíveis com uma abordagem inclusiva de ensino. Dessa maneira, percebe-se que há uma demanda crescente por mais pesquisas, políticas e práticas que promovam e apoiem efetivamente o ensino colaborativo como uma estratégia fundamental para a inclusão escolar.

Nesse contexto, Silva (2023, p. 48) garante que “[...] ao se fazer opção por uma prática de ensino colaborativo nos contextos escolares, mudanças nos moldes de trabalho docente de aspecto solitário devem ocorrer”. Assim, para implementar efetivamente o ensino colaborativo, os professores precisam ajustar sua prática pedagógica para incorporar essa abordagem colaborativa e interdisciplinar, pois requer uma abordagem de trabalho em equipe, com responsabilidades compartilhadas.

Nos estudos de Lopes (2021), a autora ressalta que um dos desafios primordiais na implementação do ensino colaborativo é a mudança do paradigma de trabalho individual e autônomo dos professores para uma prática mais compartilhada e colaborativa. Dessa forma, compreende-se que é necessário ocorrer mudanças significativas nas instituições

escolares, onde a colaboração e a comunicação entre os educadores se tornam fundamentais para o sucesso do ensino colaborativo.

Para Lima (2023, p. 67), “[...] o pressuposto básico para o ensino colaborativo é a colaboração.” A autora destaca ainda que no ensino colaborativo não há um professor dominante e outro secundário. Ou seja, ambos os professores, tanto o professor da classe comum quanto o professor de Educação Especial, desempenham papéis igualmente importantes e ativos. Nesse sentido, entende-se que os dois ou mais professores trabalham cooperando, compartilhando e avaliando em conjunto.

De acordo com Lopes (2021, p. 68), a autora salienta que “[...] a falta de estabelecimento de responsabilidades que deverão ser assumidas pelos professores em sala, acaba se tornando uma barreira para o ensino colaborativo”. Além disso, a autora frisa que “[...] a falta de planejamento em comum, por sua vez, dificulta o ensino colaborativo” (Lopes, 2021, p. 76). Na mesma direção, Lima (2023, p. 72) assegura que “[...] não se pode esquecer que o cerne fundamental do ensino colaborativo está enraizado no planejamento, ação e reflexão combinada entre os professores.”

Nesse sentido, compreende-se que ao discutir, planejar e avaliar de forma compartilhada entre os docentes, os professores podem identificar melhor as necessidades individuais dos alunos e os desafios que enfrentam, desenvolvendo estratégias mais eficazes para enfrentá-los. Com isso, cria-se um ambiente mais colaborativo e inclusivo, beneficiando tanto os professores quanto os alunos.

Conforme Francos (2023, p. 102), “[...] pode-se observar que o ambiente escolar necessita de romper com o sistema e formas de ensinar tradicionais, linear, pois subestimam o olhar diante da diversidade”. Assim, torna-se fundamental implementar metodologias de ensino mais flexíveis, inclusivas e adaptativas para satisfazer as demandas individuais de todos os alunos, e o ensino colaborativo pode ser uma maneira de alcançar esse objetivo.

Segundo os estudos de Lopes (2021, p. 80),

As limitações do sistema educacional que dificulta e em alguns casos impossibilita a efetivação de escolas inclusivas, ressalta a realidade da escola em que muitos professores da sala comum trabalham com as portas fechadas, enquanto muitos professores da Educação Especial continuam a atender individualmente os alunos público-alvo da Educação Especial, com referências a um modelo clínico.

Percebe-se que o sistema educacional enfrenta desafios para adotar abordagens mais inclusivas, além disso, os professores demonstram uma inclinação para trabalhar de forma mais individualista. Bernardi (2021, p. 74) corrobora essa posição afirmando que “[...] o trabalho colaborativo não é fácil de ser viabilizado, principalmente pelo fato de os professores trabalharem de forma individual, seguindo os caminhos que consideram corretos”. Dessa forma, devido ao ensino colaborativo exigir responsabilidades compartilhadas, a tendência de os professores trabalharem de forma independente pode ser um aspecto desafiador de praticar essa metodologia.

Em vista disso, para Lima (2023, p. 75), “[...] para que o ensino colaborativo seja implementado na escola, faz-se necessário desenvolver e fomentar espaços de formação

com seus profissionais”. Francos (2023, p. 104) destaca “[...] que a equipe gestora é imprescindível para a efetivação desse processo, pois ela é a ponte para viabilização das necessárias ações pedagógicas referentes ao ensino aprendizagem. De acordo com Lopes (2021, p. 165), para que o ensino colaborativo aconteça na prática é necessário “[...] a valorização do trabalho docente, melhorias das condições de trabalho, a facilitação do ensino em parceria também se faz essenciais, pois são essas condições que sustentem uma cultura inclusiva e colaborativa nas escolas”. Para Bernardi (2022, p. 74), “[...] é necessário que sejam propostas políticas públicas que ampliem suas possibilidades de trabalho e invistam na formação”.

Portanto, fica evidente que estudos indicam que o ensino colaborativo tem o potencial de ser altamente promissor se implementado de maneira adequada. Além disso, pode impulsionar significativamente o processo de inclusão nas instituições de ensino, graças ao compartilhamento de responsabilidades entre os professores. No entanto, para aprimorar esse processo, são necessárias mudanças nas instituições escolares, políticas públicas e na formação dos professores. Além disso, é crucial que toda a comunidade escolar esteja engajada na mesma causa, que é a promoção da inclusão.

Considerações finais

De modo geral, percebe-se que nos últimos anos as pesquisas em relação à educação inclusiva aumentaram significativamente. Além disso, os métodos e práticas pedagógicas são mais debatidos, essencialmente quando se trata de promover a inclusão e a importância de abranger todos os sujeitos que ingressam nas instituições escolares.

A partir da análise realizada, compreende-se que a metodologia do ensino colaborativo pode vir a ser um elemento crucial no processo de inclusão, visto que o coensino tem o potencial de aprimorar não só a qualidade do ensino, mas também apresenta uma abordagem inclusiva, na qual o professor de Educação e Especial e o professor do ensino comum trabalham colaborativamente, planejando, executando e avaliando, compartilhando conhecimentos e experiência, e o maior beneficiado é o aluno.

Além do mais, as pesquisas indicam que a proposta do ensino colaborativo desenvolve um papel essencial no fortalecimento das práticas pedagógicas, por meio de um trabalho de colaboração, valorizando a diversidade e a participação ativa de todos os estudantes. Contudo, no contexto brasileiros os estudos científicos são recentes, o que torna essa abordagem um processo desafiador de se colocar em prática. Assim, isso revela algumas lacunas como: a falta de experiência e formação para atuar com essa abordagem, escassez de recursos, falta de políticas públicas, pouca carga horária para o desenvolvimento do planejamento compartilhado, pouca valorização do trabalho docente. Nesse sentido, compreende-se a necessidade de mudanças no cenário educacional para melhorar a qualidade e o desenvolvimento dessa abordagem.

Portanto, diante do exposto, ficou evidente a carência de produções científicas sobre a prática do ensino colaborativo. Além disso, o sistema educacional enfrenta desafios significativos para adotar abordagens mais inclusivas, sendo necessário urgentemente,

desenvolver e fomentar espaços de formação com os docentes, além da melhoria de condições de trabalho, e o desenvolvimento de políticas públicas.

Referências

- BERNARDI, V. **O trabalho colaborativo entre professores e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos**. 2022. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília: MEEC/SEESP, 2008.
- CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós - Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- CAPELLINI, V. L. M. F. ZERBATO, A. P. **O que é o ensino colaborativo**. São Paulo: Edicon, 2019.
- COSTA, L. G. S. **Estratégias de ensino colaborativo como uma proposta de atendimento educacional especializado – AEE**. 2021. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Docência para Educação Básica) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2021.
- FERRO, A. **A colaboração entre professoras para o ensino de matemática em sala de aula com estudante autista**. 2021. Dissertação (Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Câmpus) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2021.
- FAVA, R. **Trabalho, educação e inteligência artificial: a era do indivíduo versátil**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- FRANCOS, I. C. C. S. **Inclusão escolar: a articulação entre educação especial e o ensino regular por meio do trabalho colaborativo dos profissionais**. 2023. Dissertação (Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, Irati, 2023.
- GAVAR, A. G.; PAPANIA, A. Team teaching: It Works for the student. **Academic therapy**, n. 18, p.191-196, 1982.
- LIMA, C. F. **Ensino colaborativo: parceria em colaboração entre os professores do ensino médio e da educação especial**. 2023. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

LOPES, J. F. **O modelo de ensino colaborativo à luz da perspectiva dos gestores: um estudo de caso.** 2021. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2021.

NAZÁRIO, C. R. S. M. **Articulações entre docentes do atendimento educacional especializado e da sala de aula nos anos finais do ensino fundamental: tecendo redes de diálogo e colaboração.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Centro de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

PAVÃO, A. C. O.; PAVÃO, S. M. O. (orgs.). Estudos sobre práticas colaborativas no Atendimento Educacional Especializado. *In*: PAVÃO, A. C. O.; PAVÃO, S. M. O. **Práticas colaborativas no AEE: potencializando o ensino, a aprendizagem, a inclusão e a transformação social.** Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2024.

POMPEO, D. A.; ROSSI, L. A.; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. **Acta paul. Enferm.** São Paulo, v. 22, n. 4, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/KCrFs8Mz9wG59KtQ5cKbGgK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 jan. 2024.

SILVA, M. M. **Professores de educação especial: concepções e proposições para uma vivência formativa na perspectiva da bidocência.** 2023. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, São Paulo Jan/Mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=en>. Acesso em: 30 jan. 2024.

WILL, M. Educating children with learning problems: a shared responsibility. **Exceptional Children**, n. 52, p. 411-415, 1996.

WOOD, M. Whose Job is it Anyway? Educational roles in inclusion. **Exceptional Children**, v.64, n. 2. p. 181-195, 1998.

ZANATA, E. M. **Planejamento de práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa.** Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, V. 22, n. 2, abr./jun 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04/60746207>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Cíntia Bissacotti

Possui graduação em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (2019). Especialista em Espaços e Possibilidades para a Educação Continuada - IFSul (2022). Mestrado em Educação na Linha de Pesquisa em Educação Especial, Inclusão e Diferença pelo Programa de Pós - Graduação em Educação da UFSM (2023). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria.

Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Possui graduação em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (1986), mestrado em Inovação e Sistema Educativo - Universidad Autonoma de Barcelona (1998), doutorado em Educação - Universidad Autonoma de Barcelona (2003), e pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). Atualmente é professor da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde, educação, educação especial, interdisciplinaridade, aprendizagem e ensino.